



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 068/2014

PROCESSO DE COMPRAS Nº: 5356/2014

DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES: 23/07/2014

HORÁRIO: 09:00 HORAS

O Município de Mauá, através do Sr.(a). Secretário (a) de Saúde fará realizar no Departamento de Compras, situado na Avenida João Ramalho, 205 – Vila Noêmia – Mauá/SP, CEP 09371- 520, telefone: (11) 4512-7824 licitação na modalidade **PREGÃO (presencial)**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para a aquisição dos produtos descritos no Anexo I deste Edital, para a Prefeitura do Município de Mauá.

O presente Pregão será processado e julgado em conformidade com as Leis Federais n.ºs 8666/93 e 10520/02, a Lei Complementar nº. 123/06, os Decretos Municipais nº. 6783/05 e 7841/13, com as normas deste instrumento e demais normas legais atinentes à espécie.

A Ata de Registro de Preços será gerenciada pela Secretaria de Saúde.

As despesas serão suportadas pela respectiva dotação orçamentária nº:- 3.3.90.30.00.00.00 - Código Reduzido – 535, 536 e 539 – Federal.

Constituem anexos do presente Edital e dele fazem parte integrante os seguintes documentos:

ANEXO I	DESCRIÇÃO DO OBJETO
ANEXO II	MODELO DE DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO
ANEXO III	MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO IV	MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO
ANEXO V	MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE O ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO
ANEXO VI	MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
ANEXO VII	MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO
ANEXO VIII	MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
ANEXO IX	MODELO DE PROPOSTA
ANEXO X	TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

OBS: O Edital poderá ser consultado, no Departamento. de Compras, sito à Av. João Ramalho, 205, 1º andar – Paço Municipal, Centro, Mauá - SP, no horário das 08:00 às 17:00 horas, e retirado pelo site: www.maua.sp.gov.br, devendo a empresa enviar o comprovante de retirada do edital via fax (11) 4555-0873 ou e-mail: cpl@maua.sp.gov.br, sob pena de não receber os comunicados, esclarecimentos, entre outros. Maiores informações (11) 4512-7825.

DO OBJETO

1. O presente Pregão tem como objeto o **FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS (COMPRIMIDOS, CÁPSULAS E DRÁGEAS) PARA ABASTECIMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**, para atender o Município, conforme especificações e estimativas de consumo constantes do Anexo I.

1.1. O fornecimento deverá ser realizado na forma e condições fixadas no presente instrumento, quando solicitado pela Secretaria participante constante no preâmbulo, ou para quaisquer outras Secretarias do Município que vierem a aderir à Ata de Registro de Preços durante o período de sua vigência.



DO SISTEMA DO REGISTRO DE PREÇOS

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

a) O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas gerais da Lei Federal nº. 8666/93, especialmente seu artigo 15, e pelos procedimentos previstos nos Decretos Municipais nº. 6783/05, 5699/97 e 7273/09 e demais normas complementares.

b) A existência de preços registrados não impede a Administração, sempre que julgar conveniente e oportuno, efetivar as contratações por meio de procedimento licitatório específico ou de contratação direta, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado ao detentor da Ata a preferência em igualdade de condições.

c) O direito de preferência previsto na alínea anterior dar-se-à caso a Administração opte por realizar a aquisição através de licitação específica ou diretamente, nos termos da legislação vigente e o preço encontrado for igual ou superior ao validamente registrado. Nesta hipótese o detentor da Ata de Registro de Preços terá assegurado seu direito à contratação.

d) É vedada a aquisição do produto por valor igual ou superior ao preço registrado, ressalvada a hipótese de esgotamento da capacidade de fornecimento do detentor da ata de registro de preços.

e) Finda a licitação com a adjudicação do objeto, a Secretaria interessada, na condição de órgão gerenciador, fará registrar o preço ofertado pelo(s) licitante(s) vencedor (es) em ata própria.

f) A contratação com o detentor da Ata de Registro de Preços será formalizada pela Secretaria indicada no preâmbulo deste Edital, através de instrumento contratual ou, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro similar, nos termos do art. 62, da Lei Federal nº. 8.666/93.

g) Nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93 será conferida total publicidade aos documentos referidos na alínea anterior.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3. Homologada a presente licitação, a Administração convocará o vencedor para lavratura do documento denominado ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ANEXO III que conterà o seguinte:

- a) Número de ordem em série anual;
- b) Número da licitação e do procedimento administrativo e sua modalidade;
- c) Órgãos e unidades integrantes do registro;
- d) Qualificação do detentor do registro e seu representante legal;
- e) Descrição do objeto licitado;
- f) Preços ofertados pelo detentor do registro;
- g) Prazos, locais de entrega e forma de pagamento, pactuados;
- h) Número da dotação orçamentária a ser onerada;
- i) Valor estimado da ata;
- j) Marca dos produtos.

3.1. A Ata de Registro de Preços será lavrada em 03 (três) vias, devendo uma ser juntada ao processo que lhe deu origem, outra entregue ao detentor da Ata e a terceira para arquivo.

3.1.1. Será fornecida uma cópia da ata para cada um dos órgãos participantes, visando o seu aperfeiçoamento.

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4. O prazo de validade da ata de registro de preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura.

4.1. A expiração do prazo de vigência da ata de registro de preços não implicará na extinção dos ajustes dela decorrentes, ainda em execução.



DA PARTICIPAÇÃO

5. Poderão participar da presente licitação, empresas que atenderem as exigências deste Edital.

5.1. Não poderão concorrer, direta ou indiretamente, nesta licitação ou participar do contrato dela decorrente, as empresas:

- a) Declaradas inidôneas ou impedidas de licitar e contratar com o Poder Público;
- b) Sob processo de recuperação judicial, concordata, falência, concurso de credores, em dissolução ou liquidação;
- c) Que possuam qualquer outro impedimento legal para tanto;
- d) Que não possuam em seu objeto social, ramo de atividade que seja pertinente ao objeto a ser licitado.
- e) Reunidas em consórcio.

5.2. Poderão participar da licitação os interessados, doravante designados licitantes, que atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos.

5.3. A empresa licitante **deverá ser representada fisicamente**, por seus sócios ou seus representantes devidamente credenciados em sessão pública, sob pena da licitante não formular lances verbais e interpor recursos.

DO CREDENCIAMENTO PARA MANIFESTAÇÃO NAS SESSÕES

6. Do credenciamento para manifestação nas sessões:

6.1. No dia, hora e local estipulados no presente Edital, os licitantes deverão estar representados por agentes credenciados, com poderes específicos para formular lances verbais, bem como para a prática de todos os atos inerentes ao certame, portando documento pessoal de identificação, documentação comprobatória dos poderes do credenciante, mediante a apresentação dos elementos a que se referem os subitens "6.1.2" e "6.1.3", para credenciamento junto ao pregoeiro.

OBS: O credenciamento será efetuado no prazo estipulado no item 10.2, podendo as empresas participar, desde que estejam presentes até este horário.

6.1.1. O documento de credenciamento deverá ser entregue ao pregoeiro juntamente com a respectiva cédula de identidade ou equivalente, em separado dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTOS".

6.1.2. O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, devendo obrigatoriamente apresentar os dados constantes do Anexo II.

6.1.2.1. O documento de credenciamento deverá vir acompanhado de contrato social ou documento equivalente, que comprove os poderes de quem o está constituindo.

6.1.3. Se a licitante estiver representada por proprietário, sócio, dirigente ou pessoa de condição assemelhada, deverá apresentar documento comprobatório da sua condição, no qual estejam expressos os seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em nome daquela, também acompanhado de documento pessoal de identificação, estando neste caso, dispensado da apresentação do Termo de Credenciamento, objeto do Anexo II.

6.1.4. A inobservância dos termos do subitem 6.1.3 impedirá a licitante de formular lances verbais e interpor recursos.

6.1.5. O documento de identificação do representante legal ou de credenciamento será retido pelo pregoeiro e juntado ao processo licitatório.

6.1.6. Será indeferido o credenciamento sempre que não forem apresentados os documentos necessários à identificação do interessado ou demonstrada sua condição de representante legal do licitante, e dos poderes específicos para prática dos atos do pregão, como dar lances, manifestar a intenção de recorrer, desistir e renunciar a esse direito.

6.1.7. Os interessados em acompanhar as sessões de abertura dos envelopes que não tenham sido credenciados, poderão fazê-lo desde que não interfiram, de modo algum, no bom andamento dos trabalhos.

6.1.8. Nenhum interessado poderá representar mais de uma empresa;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

6.1.9. Juntamente com o credenciamento os licitantes deverão entregar a Declaração de Cumprimento dos Requisitos Habilitatórios, objeto do Anexo IV, bem como, declaração de que se encontra enquadrada na condição de pequena empresa nos termos da legislação fiscal e societária, conforme modelo constante no Anexo VIII.

6.1.10 A não apresentação da Declaração de Cumprimento dos Requisitos Habilitatórios não será objeto de desclassificação do licitante, desde que, presente o representante credenciado, o faça, de próprio punho, antes do início dos trabalhos.

6.1.11 Quanto às microempresas e empresas de pequeno porte:

6.1.11.1 Apresentar Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº. 123/06, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo VIII deste edital, e apresentada FORA dos envelopes nº. 01 (Proposta) e nº. 02 (habilitação).

6.1.12. Finalizada a etapa de credenciamento, o Pregoeiro declarará encerrada esta fase e procederá ao recebimento dos envelopes que deverão conter as propostas comerciais e os documentos de habilitação, em invólucros separados, indevassáveis, lacrados e rubricados no fecho, contendo os dizeres conforme item 08.1 e 08.2.

DAS DATAS DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

7. Os interessados em participar do presente Pregão, deverão comparecer, no Paço Municipal - Departamento de Compras, 1º andar, com os envelopes "**PROPOSTA**" e "**DOCUMENTAÇÃO**", no endereço, data e hora estabelecidos no preâmbulo deste Edital.

7.1. Não será aceita, em hipótese alguma, a entrega de envelopes em desacordo com o item anterior.

DO CONTEÚDO DOS ENVELOPES

8. DOS ENVELOPES "PROPOSTA DE PREÇOS" E "DOCUMENTAÇÃO"

8.1. DO ENVELOPE 01 "PROPOSTA DE PREÇOS": O envelope 01 deverá conter a Proposta de Preços, em envelope hermeticamente fechado, contendo em sua parte externa e frontal a seguinte identificação:

ENVELOPE Nº. 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº.068/2014

PROPONENTE:.....

8.2. DO ENVELOPE 02 "DOCUMENTAÇÃO": O envelope 02 deverá conter a documentação exigida no item 9.2, em envelope hermeticamente fechado, contendo em sua parte externa e frontal a seguinte identificação:

ENVELOPE Nº. 02 – "DOCUMENTAÇÃO"

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº.068/2014

PROPONENTE:.....

DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

9. Cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, 02 (dois) envelopes, devidamente fechados e indevassáveis, no endereço, data e hora estabelecidos no preâmbulo deste Edital, com as respectivas identificações.

9.1. DO ENVELOPE Nº. 01 – PROPOSTA DE PREÇOS: - O envelope nº. 01 deverá conter a Proposta de Preços propriamente dita apresentada preferencialmente em única via, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, em papel timbrado da licitante, com especificação em linguagem clara, completa e detalhada dos produtos ofertados, conforme padrão definido no Anexo I, e que não dificulte a exata compreensão de seu enunciado e conterá:

a) A indicação do(s) item (ns) ofertado(s) e respectivas marcas, observadas as exigências estabelecidas neste instrumento, e os respectivos preços unitários e totais, em moeda nacional, expressos em algarismos e por extenso; computados todos os custos básicos diretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto do edital, tais como frete, combustível, embalagens, e demais concernentes à plena execução do objeto durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

b) Número deste Pregão;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

- c) Razão social, endereço, CNPJ, Inscrição Estadual, telefone e fax do licitante;
- d) Prazo de entrega dos produtos;
- e) Prazo de Pagamento;
- f) Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias corridos, contados da entrega dos envelopes contendo as PROPOSTAS DE PREÇOS;
- g) Nome e número do Banco, nome e número da agência e número da conta corrente da proponente;

9.1.1. Os preços ofertados devem ter como referência os praticados no mercado atacadista para pagamento em 30 dias corridos, contados da data do recebimento definitivo do produto pela unidade recebedora.

9.1.2. A licitante deverá apresentar proposta de menor preço para o item que for participar;

9.1.3. Só será aceito um preço para cada item;

9.1.4. Serão desclassificadas as propostas/documentos que não atenderem as exigências essenciais deste edital e de seus anexos, que estejam em desconformidade com o critério indicado no Anexo I, bem como as omissas e as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

9.1.5. Consideram-se exigências essenciais àquelas que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação de vontade do representante, e aquelas cujo desatendimento, nesse momento, possa representar desrespeito aos princípios da licitação;

9.1.6. Havendo falhas possíveis a serem sanadas, deverá o detentor da proposta/documentação ou representante legal credenciado fazê-lo, desde que não atrapalhe o andamento dos trabalhos ou atrase o julgamento das propostas.

9.2. DO ENVELOPE Nº. 02 - DOCUMENTAÇÃO: O envelope nº. 02 deverá conter a documentação relativa à habilitação, em conformidade com o previsto a seguir:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
 - b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores;
 - c) Inscrição do Ato Constitutivo no caso de Sociedades Simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
 - d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
 - e) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação ocorrida no período do ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA, publicado pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE, ou de outro indicador que o venha substituir. Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis publicados em Diário Oficial ou publicadas em jornais ou por cópias ou fotocópias extraídas do Livro Diário – devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou outro órgão equivalente – inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.
- e. 1)** Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:
- e. 1.1)** Sociedades regidas pela Lei nº. 6.404/76 (sociedade anônima): publicados em Diário Oficial; ou publicados em jornais de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
 - e. 1.2)** Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do livro Diário, inclusive com os termos de abertura e de encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

e. 1.3) Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº. 9.317/96 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”: por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

e. 1.4) Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

f) Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

g) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do interessado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o pedido de inscrição;

h) Os interessados com sede em outro município que tenham filial no Município de Mauá, deverão também comprovar inscrição no Cadastro de Contribuinte deste Município;

i) Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal, por intermédio da Certidão de Tributos e Contribuições Federais, expedida pela Secretaria da Receita Federal e da Certidão da Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Federal ou a Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

j) Prova de regularidade de Débitos referentes a Tributos Estaduais expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda, através da unidade administrativa da sede da licitante;

k) Prova de regularidade de débitos referentes a tributos Mobiliários em nome da empresa licitante, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda ou Finanças da sede da licitante;

l) Caso a licitante não esteja cadastrada como contribuinte neste município, deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal, sob as penas da Lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de Mauá, relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada;

m) Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRB), quanto às contribuições sociais previstas nas alíneas a, b e c do parágrafo único do art. 11 da Lei nº. 8.212, de 24/07/1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em dívida ativa do INSS, por ela administradas;

OBS: Aceitar-se-á, CND - Certidão Negativa de débitos ou CPD-EN - Certidão Positiva de Débitos, com Efeito de Negativa, emitida segundo a Legislação anterior, desde que dentro do seu prazo de validade.

n) Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

o) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, nos termos da Lei Federal nº. 12.440/11;

p) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica;

q) Atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem o fornecimento de objeto similar conforme anexo I, sem exigência de comprovação de quantitativos mínimos;

r) Cumprimento do disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, a ser comprovado por meio de Declaração, sob as penas da lei, emitida pelo proponente, conforme modelo constante do Anexo V;

s) A empresa deverá declarar que não foi considerada inidônea, sob as penas da Lei, conforme modelo constante do Anexo VI;

t) A licitante fica obrigada a declarar, sob penalidades cabíveis, a inexistência de fatos impeditivos para habilitação, conforme modelo constante do Anexo VII, que deverá ser em papel timbrado, se possuir.

9.2.2.1. Os documentos exigidos nas alíneas “i”, “j”, “k”, “m” acima, poderão ser apresentados também como “Certidão Positiva, com efeito, de Negativa”.

9.2.2.2. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou seu substitutivo.

9.2.2.3. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

9.2.2.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, mediante apresentação de requerimento devidamente fundamentado e aceito pela Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

9.2.2.5. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes, nos termos do artigo 4º inciso XXIII, da Lei 10.520/02.

9.2.3. Os documentos a que se refere o item "9.2" poderão ser apresentados por meio de cópia autenticada por cartório competente.

9.2.4. Em caso de documento expedido via Internet, a Comissão de Apoio Técnico, obrigatoriamente, verificará a sua veracidade junto ao respectivo Sistema Informatizado.

9.2.5. Os documentos solicitados no item "9.2", quando não constarem a sua validade expressa, serão aceitos pela P.M.M., quando emitidos com antecedência máxima de 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

9.2.6. As empresas com cadastro de fornecedor na Prefeitura do Município de Mauá ficam isentas de apresentar os documentos constantes nas letras "a" a "h" do item 9.2 "Documentação".

DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO

10. São os seguintes os procedimentos a serem adotados para a realização do pregão propriamente dito:

10.1. No dia, hora, e local designados neste edital, os licitantes deverão estar legalmente representados ou por terceiros devidamente credenciados, com poderes específicos para formulação de lances verbais e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame conforme o modelo referencial indicado no Anexo II;

10.2. Instalada a sessão pública do pregão, após o credenciamento dos participantes, com duração de 15 minutos do início da sessão ou até que se credenciem os participantes, o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes das propostas comerciais. Em seguida, será verificada a conformidade das propostas com os requisitos deste Edital.

10.3. Serão desclassificadas as propostas/documentos que não atenderem às exigências essenciais do Edital, considerando-se com tais as que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação do proponente, ou ainda, que apresentarem valor zero, simbólicos ou irrisórios.

10.4. As propostas serão classificadas provisoriamente, em ordem crescente de preços, por item;

10.5. Constará da ata os licitantes participantes, os preços oferecidos nas propostas apresentadas, as propostas eventualmente desclassificadas com a respectiva fundamentação, e a ordem de classificação provisória das propostas;

10.6. No caso de empate entre duas ou mais propostas escritas será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta de lances

10.7. No curso da sessão, uma vez definida a classificação provisória, o pregoeiro convidará individualmente os licitantes ofertantes de propostas de preços até 10% superiores a menor proposta, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

10.8. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas na alínea anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

10.9. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade da proposta escrita de menor preço com o parâmetro de preço definido no item 11, bem como sua exequibilidade;

10.10. O pregoeiro abrirá oportunidade para a repetição de lances verbais, por item, até o momento em que não haja novos lances de preços menores aos já ofertados;

10.11. Não serão aceitos lances cujos valores forem iguais ou maiores ao último lance que tenha sido anteriormente ofertado.

10.12. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais relativos a este item, ficando sua última proposta registrada para classificação definitiva ao final da etapa;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

10.13. O encerramento da fase competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

10.14. Declarada encerrada a etapa competitiva, o pregoeiro procederá à classificação definitiva das propostas, que será consubstanciada em ata;

10.15. Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

10.15.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

10.16. Dentre as microempresas ou empresas de pequeno porte, a que melhor estiver classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

10.16.1. Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

10.16.2. Se houver equivalência de valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem “10.15.1” ou “10.16.1” conforme o caso, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

10.16.2.1. Entende-se por equivalência dos valores das propostas, as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação.

10.17. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;

10.18. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retomar-se-ão, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do disposto no art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no subitem “10.16.1”;

10.18.1. Na hipótese da não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances;

10.19. Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o envelope de documentação do proponente classificado em primeiro lugar;

10.20. Constatando-se o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante classificado e habilitado será declarado vencedor;

10.21. Se o licitante desatender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;

10.22. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentação dos memoriais do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes franqueada vista imediata dos autos;

10.22.1. Os recursos interpostos e/ou contrarrazões deverão ser protocolados no Departamento de Compras, das 08:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira;

10.23. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

10.24. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante conforme previsto no subitem “10.23” importará na decadência do direito de recurso e a adjudicação do(s) objeto(s) licitado(s) pelo pregoeiro ao vencedor.

10.25. Decididos, quando for o caso, os recursos, o pregoeiro declarará o vencedor da licitação, encaminhando os autos do processo à autoridade competente para homologação do certame, adjudicação do objeto e convocação do licitante vencedor para assinatura do Registro de Preços;

10.26. Quando o licitante vencedor da ata de registro de preços, convocado dentro do prazo de validade da proposta, recusar-se a assiná-la ou não apresentar situação regular no ato de assinatura desta, poderá ser



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o ajuste, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

10.27. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos licitantes desclassificados e dos classificados não declarados vencedores permanecerão sob custódia da Administração, até expirar a data de validade das propostas;

10.28. Decorrido o prazo estabelecido no subitem antecedente, as licitantes deverão, mediante requerimento próprio, retirar os envelopes, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após o qual os mesmos serão eliminados;

10.29. Serão inabilitadas as licitantes que apresentarem documentação incompleta ou com borrões, rasuras em partes essenciais, e desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do edital;

10.30. Nas situações previstas nos subitens “10.22” e “10.26”, o pregoeiro negociará diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço.

DO JULGAMENTO

11. O julgamento do certame se dará pelo critério de **MENOR PREÇO POR ITEM.**

RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12. Além do recurso administrativo já referido neste Edital, dos atos administrativos decorrentes do processamento desta licitação caberão os recursos previstos pelo Decreto Municipal nº. 6783/05 e pela Lei Federal nº. 8.666/93 observados os procedimentos aqui previstos.

DA HOMOLOGAÇÃO

13. A homologação do presente certame compete ao Ordenador da Despesa da Secretaria Interessada, de acordo com Decreto nº. 7841/13, o que ocorrerá logo após o julgamento e após o decurso dos prazos recursais ou a decisão dos recursos eventualmente interpostos.

13.1. A homologação do resultado desta licitação não obriga a Administração a aquisição do objeto licitado.

DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14. CONDIÇÕES GERAIS:

14.1 Encerrados os trabalhos deste Pregão, deverá ser firmada no Departamento de Compras (Setor de Contratos) a Ata de Registro de Preços, entre o Município de Mauá, através da Secretaria de Saúde e o detentor da ata, nos termos e condições deste Edital e cuja minuta é parte integrante do presente instrumento, ANEXO III, devendo ser recolhido a importância no valor de R\$ 111,98, referente a taxa para elaboração e lavratura de termos, conforme Decreto Nº. 7905 de 27/12/2013;

14.2. Será vedada a contratação de empresas quando:

14.2.1. Declaradas inidôneas ou impedidas de licitar e contratar com o Poder Público;

14.3. A ata de registro de preços deverá ser firmada por representante legal da empresa vencedora do certame ou por procurador com poderes para tal, mediante comprovação através de contrato social ou instrumento equivalente e procuração, respectivamente, juntamente com cópia de cédula de identidade do signatário;

14.4. O vencedor convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da comunicação, fax ou telegrama, para assinar a ata de registro de preços e a entrega deverá ser conforme condições estabelecidas no Anexo I;

14.5. Caso algum produto de uma determinada marca, tenha a sua comercialização suspensa pelos órgãos oficiais ou deixe de apresentar suas qualidades iniciais, deverá ser apresentado novo produto com as mesmas características e especificações e condições contratuais iniciais, para prévia autorização de substituição;

14.6. Local de entrega: conforme condições estabelecidas no Anexo I;

14.7. A recusa injustificada do vencedor em atender o disposto na alínea anterior caracterizará descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-o à multa prevista no item “17” deste Edital, sem prejuízo das demais sanções legais;

14.8. Na ocorrência da hipótese prevista na alínea anterior aplicar-se-á o disposto no subitem “10.24”;

14.9. Os produtos deverão ser entregues de acordo com os padrões de acondicionamento, manuseio, transporte, observadas as regras específicas fixadas no presente edital e na Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

14.10. Os produtos serão recebidos provisoriamente, sendo liberado o canhoto de recebimento. Dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas após a entrega, será verificada a conformidade do produto com as especificações, quantidades e preço correspondentes;

14.11. A aceitação definitiva dar-se-á em até 48 (quarenta e oito) horas, quando a Nota Fiscal será atestada por servidor/comissão devidamente credenciado para este fim;

14.12. Caso os produtos apresentem irregularidades, especificações incorretas ou estejam fora dos padrões determinados, a unidade recebedora os devolverá para regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. O atraso na substituição dos mesmos acarretará a suspensão dos pagamentos, além das penalidades previstas no edital;

14.13. Não será admitida a entrega dos produtos pelo detentor da ata de registro de preços sem que este esteja de posse da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente;

14.14. Nos termos do artigo 54, da Lei Federal nº. 8.666/93 e pelos Decretos Municipais nº. 5699/97, 6783/05 e 7273/09, a Ata de Registro de Preços rege-se pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado;

14.15. Durante a execução do ajuste os locais de entrega poderão ser alterados, excluídos e/ou acrescidos de novos outros sempre no Município de Mauá;

14.16. Se, por ocasião da formalização da ata de registro de preços, as certidões de regularidade de débito do adjudicatário perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, esta Prefeitura verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção de tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada;

14.16.1. Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a situação de regularidade de que trata o subitem 14.16, mediante a apresentação das certidões respectivas com prazo de validade em vigência, sob pena da contratação não se realizar;

14.17. Tratando-se de microempresa ou empresa de pequeno porte, cuja documentação de regularidade fiscal tenha indicado restrições à época da fase de habilitação, deverá comprovar previamente a assinatura da ata de registro de preços ou instrumento equivalente, a regularidade fiscal, no prazo de dois dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, sob pena de a contratação não se realizar, decaindo do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

14.17.1. Não ocorrendo a regularização prevista no subitem anterior, retomar-se-ão os procedimentos relativos a esta licitação, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujas propostas de preços se encontrem no intervalo estabelecido no subitem "10.15.1".

14.17.2. Na hipótese de nenhuma microempresa e empresa de pequeno porte atender aos requisitos deste edital, será convocada outra empresa na ordem de classificação das ofertas, com vistas à contratação;

14.18. Quando o adjudicatário convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 14.16, ou se recusar a assinar a ata de registro de preço, será convocado outro licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, com vistas à assinatura de registro de preços;

14.19 Os preços registrados não sofrerão reajuste pelo período da contratação, conforme legislação federal em vigor.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

15. O pagamento será realizado em 30 dias, contados da data do atesto da nota fiscal e/ou do recebimento definitivo dos produtos pela unidade de destino dos mesmos, mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/comissão encarregada do recebimento.

15.1. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte do detentor da ata de registro de preços, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

15.2. O pagamento será efetuado, através de ordem de pagamento creditada na conta bancária do detentor da Ata de Registro de Preços.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

15.3. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para regularização, e seu vencimento ocorrerá a partir da data de sua validação.

15.4. Não serão autorizadas antecipações de pagamento de qualquer espécie.

DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS E RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16. O preço registrado será cancelado quando se mantiver incompatível ao praticado no mercado, observada as regras estabelecidas pelos Decretos Municipais nºs. 5.699/97 e 7.273/09;

16.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei nº. 8.666, de 23 de junho de 1993, observadas as regras específicas estabelecidas pelos Decretos Municipais nºs. 5.699/97 e 7.273/09.

16.2 Compete à Secretaria Gestora da Ata decidir acerca do cancelamento do registro de preços e/ou da rescisão da ata de registro de preços.

DAS PENALIDADES

17. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inadequado ou fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, estará sujeito à aplicação da pena de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme previsto no artigo 7º da Lei nº. 10.520/02, observados os procedimentos contidos no Decreto Municipal nº. 6783/05, sem prejuízo das multas previstas em edital, na ata de registro de preços e nas demais cominações legais.

18. Pela injustificada inexecução parcial ou total do objeto deste, serão aplicadas à CONTRATADA, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da rescisão contratual.

18.1. Advertência;

18.2. Multa:

a) Multa pela recusa da CONTRATADA em aceitar o pedido de fornecimento sem a devida justificativa aceita pelo CONTRATANTE, no valor equivalente a 20% do valor adjudicado;

b) A Multa pela inexecução parcial da ata de registro de preços, no valor equivalente a 10% sobre a parcela inexecutada, podendo o CONTRATANTE autorizar a continuação do mesmo;

c) Multa pela inexecução total da ata de registro de preços no valor equivalente a 20% sobre o valor da ata de registro de preços;

d) Multa no valor equivalente a 10% do valor total da ata de registro de preços se o produto for de má qualidade ou em desacordo com as especificações propostas e aceitas pelo CONTRATANTE;

e) Multa por atraso na entrega no valor equivalente a 0,5% do valor total da nota de empenho, para cada dia de atraso, não podendo ultrapassar a 20%;

18.3. Suspensão temporária de participar em licitação impedimento de contratar com a administração, conforme o disposto artigo 7º da Lei federal nº. 10.520/02, observados os procedimentos contidos no Decreto municipal nº. 6783/05;

18.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

19. As multas são independentes entre si. A aplicação de uma não exclui a das outras, bem como das demais penalidades previstas em lei.

20. O valor das multas aplicadas poderá ser deduzido do pagamento da nota fiscal ou de garantia prestada nos termos do Artigo 56, da Lei Federal nº. 8.666/93, se não houver recurso ou se o mesmo estiver definitivamente denegado.

20.1. Caso não haja nota fiscal pendente de pagamento ou prestação de garantia, a empresa será notificada a efetuar o pagamento administrativamente, ou, havendo resistência, a cobrança dar-se-á judicialmente.

21. De acordo com a legislação federal em vigor, a empresa deverá cumprir integralmente o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, que veda a participação nesta Licitação de empresas que empreguem, para fins de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. A constatação, a qualquer tempo,



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

do uso de mão de obra infantil pela licitante que vier a ser contratada ensejará a rescisão da ata de registro de preços, sem qualquer ônus para a P.M.M.

22. Perda da garantia oferecida, se houver, em caso de culpa pela rescisão contratual.

23. Constatada a inexecução contratual ou a hipótese do subitem 13, será a contratada intimada da intenção da Prefeitura quanto a aplicação da penalidade, concedendo-se prazo para interposição de defesa prévia, nos termos do artigo 87, §2º e §3º da Lei nº. 8.666/93.

24. Não sendo apresentada a defesa prévia pela contratada, ou havendo o indeferimento da mesma quando interposta, a Prefeitura providenciará a notificação da contratada quanto a aplicação da penalidade, abrindo-se prazo para interposição de recurso administrativo, nos termos do art. 19, I, "f" da Lei nº. 8.666/93.

25. Além das expressas do Edital, poderão ser interpostas outras penalidades previstas no artigo 7º da Lei Federal 10.520/02 e nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme a gradação da falta cometida.

26. A inexecução total ou parcial da ata de registro de preços poderá ensejar sua rescisão, nos casos enumerados no artigo 78, no modo previsto pelo artigo 79, com as consequências previstas no artigo 80, todos da Lei Federal nº. 8.666/93.

27. A Contratada estará sujeita ainda, às penalidades descritas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93.

RECURSOS ADMINISTRATIVOS

28. Além do recurso administrativo já referido neste Edital, dos atos administrativos decorrentes do processamento desta licitação caberão os recursos previstos pelo Decreto Municipal nº. 6783/05 e pela Lei Federal nº. 8.666/93 observados os procedimentos neles previstos.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

29. A presente ata de registro de preços poderá ser rescindida: a) unilateralmente, nas hipóteses previstas no artigo 78, incisos I a XII e XVII, da lei federal nº. 8666/93; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicial nos termos da legislação.

30. Nos casos de rescisão administrativa, ficam asseguradas ao contratante as prerrogativas previstas nos incisos I a IV, do artigo 80, da lei supracitada.

DISPOSIÇÕES GERAIS

31. O detentor da Ata de Registro de Preços fica obrigado durante sua vigência, a atender a todos os pedidos de fornecimento efetuados;

32. Será pago o preço vigente na data em que a Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente for entregue ao detentor da ata de registro de preços, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de qualquer revisão de preço deferida nesse intervalo de tempo.

33. A recusa do detentor da ata de registro de preços em receber o pedido no prazo estipulado no item "13", caracterizará inexecução total e acarretará a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

34. O detentor da ata de registro de preços deverá comunicar ao Município toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.

35. O presente pregão poderá ser anulado ou revogado, sempre mediante despacho motivado, sem que caiba a qualquer licitante direito à indenização.

36. As quantidades indicadas no presente Edital são estimadas e servem como mera referência, podendo a Administração aumentá-las observado o limite de 25% (vinte e cinco por cento) estabelecido em lei, de acordo com sua necessidade ou no caso da adesão de outras unidades à Ata de Registro de Preços.

37. Decairá do direito de solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente Edital o interessado que não se manifestar até o 2º (segundo) dia útil anterior à data da sessão do pregão, o que caracterizará aceitação de todos os seus termos e condições. Qualquer manifestação posterior que venham a apontar falha ou irregularidades que o viciariam não terá efeito de recurso perante a Administração.

38. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o interessado de participar do processo licitatório.

39. As despesas serão suportadas pelas dotações orçamentárias indicadas na Ata de Registro de Preços constante do Anexo III, para o exercício vigente e para o exercício posterior.

40. O aperfeiçoamento da Ata de registro de preços é condicionado à existência de recursos suficientes para suportar as despesas pretendidas;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

41. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto licitado, a associação do detentor da ata de registro de preços com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem expressa anuência do Município.
42. A tolerância do Município com qualquer atraso ou inadimplência por parte do detentor da Ata de Registro de Preços não importará de forma alguma em alteração contratual ou novação.
43. É facultada ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
44. O presente Edital, seus anexos e a proposta vencedora farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.
45. Os interessados em obter a planilha de preço médio dos itens cotados deverão protocolar requerimento e remetê-lo ao Departamento de Compras em até 48(quarenta e oito horas) antes da data do certame.
46. **Impugnações** ao Edital só serão aceitas por escrito e protocoladas no Departamento de Compras, das 08:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis antes da data marcada para recebimento das propostas, não serão aceitas impugnações enviadas por fax, e-mail e via correio.
47. **Questionamentos** a serem feitos sobre este edital só serão aceitos por escrito e desde que encaminhados ao Departamento de Compras, no horário das 08:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para recebimento das propostas.
48. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
49. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
50. Não havendo expediente na data designada para a realização da sessão pública, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja decisão e comunicação do pregoeiro em contrário.
51. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Prefeitura.
52. Os servidores que integram a Comissão de Pregão foi constituída pelas Portarias nº.s 10.441/2013 e 10.541/2013.
53. As partes elegerão o Foro da Comarca de Mauá para qualquer procedimento administrativo ou judicial decorrente do processamento desta licitação e do descumprimento da ata de registro de preços dela originado.
54. Este edital contém as condições gerais do procedimento licitatório que em conjunto com os elementos específicos, contidos nos Anexos que o integram, regerão a licitação e a contratação específica.

Mauá, 02 de julho de 2014.

Eduardo Monteiro Pacheco
Coordenador de Gestão Administrativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

ANEXO I
DESCRIÇÃO DO OBJETO

OBJETO: O presente Pregão tem como objeto o FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS (COMPRIMIDOS, CÁPSULAS E DRÁGEAS) PARA ABASTECIMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	VLR UNITÁRIO MÉDIA ESTIMADA R\$	VLR TOTAL MÉDIA ESTIMADA R\$
1	24682	ACARBOSE 50MG EM COMPRIMIDO	CMP	2.000	1,1023	2.204,60
2	24287	ACETILCISTEÍNA 600 MG GRANULADO ENVELOPE 5 G	CMP	700	1,3842	968,94
3	1364	ACICLOVIR 200 MG EM COMPRIMIDO	CMP	50.000	0,1382	6.910,00
4	25518	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO ENTÉRICA	CMP	2.000	1,0613	2.122,60
5	1091	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG EM COMPRIMIDO	CMP	5.000.000	0,0275	137.500,00
6	1034	ÁCIDO FÓLICO 5 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.200.000	0,0326	39.120,00
7	1037	ÁCIDO FOLÍNICO (FOLINATO DE CÁLCIO) 15 MG EM COMPRIMIDO	CMP	10.000	3,1246	31.246,00
8	25236	ÁCIDO NICOTÍNICO 500 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROGRAMADA	CMP	2.000	1,0532	2.106,40
9	20772	ÁCIDO URSODESOXICÓLICO 150 MG EM COMPRIMIDO	CMP	3.000	2,1433	6.429,90
10	19883	ALBENDAZOL 400 MG EM COMPRIMIDO	CMP	25.000	0,4106	10.265,00
11	25321	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG EM COMPRIMIDO	CMP	100.000	0,5940	59.400,00
12	24785	ALOPURINOL 300 MG EM COMPRIMIDO	CMP	200.000	0,19	38.000,00
13	25045	AMILORIDA 2,5MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	0,2525	252,50
14	1290	AMINOFILINA 100 MG EM COMPRIMIDO	CMP	180.000	0,0535	9.630,00
15	24337	AMIODARONA, CLORIDRATO 100 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	1,4633	1.463,30
16	1056	AMIODARONA, CLORIDRATO 200 MG EM COMPRIMIDO	CMP	250.000	0,2885	72.125,00
17	24791	AMOXICILINA 500 MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125 MG EM COMPRIMIDO	CMP	150.000	1,2041	180.615,00
18	1111	AMOXICILINA 500 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.500.000	0,1292	193.800,00
19	21004	ANLÓDIPINO, BESILATO 10 MG EM COMPRIMIDO	CMP	6.000	0,8274	4.964,40
20	24292	ANLÓDIPINO, BESILATO 5 MG EM COMPRIMIDO	CMP	2.500.000	0,0475	118.750,00
21	24792	ATENÓLOL 100 MG EM COMPRIMIDO	CMP	3.000	0,4147	1.244,10
22	23367	ATENÓLOL 50 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.500.000	0,0560	84.000,00
23	9581	AZITROMICINA 500 MG EM COMPRIMIDO REVESTIDO	CMP	150.000	1,0295	154.425,00
24	23840	BACLOFENO 10 MG EM COMPRIMIDO	CMP	5.000	0,3940	1.970,00
25	24798	BISACODIL 5MG EM DRÁGEA	DRG	3.000	0,6930	2.079,00
26	23999	BISOPROLOL, FUMARATO 10 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.500	1,8825	2.823,75



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

27	19892	BROMOPRIDA 10 MG EM COMPRIMIDO	CMP	2.000	0,5576	1.115,20
28	25302	CANDESARTANA CILEXETILA 16 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	2,1840	2.184,00
29	1079	CAPTOPRIL 25 MG EM COMPRIMIDO	CMP	10.000.000	0,0243	243.000,00
30	25323	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL (VITAMINA D) 500 MG/400 UI EM COMPRIMIDO	CMP	500.000	1,8576	928.800,00
31	24068	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL 600 MG/200 UI	CP	2.000	0,78	1.560,00
32	24059	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG (EQUIVALENTE A 500 MG CA++) EM COMPRIMIDO	CMP	100.000	0,39	39.000,00
33	24288	CARVEDILOL 12,5 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000.000	0,3976	397.600,00
34	21000	CARVEDILOL 25 MG EM COMPRIMIDO	CMP	3.000	0,7288	2.186,40
35	23899	CARVEDILOL 6,25 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000.000	0,2373	237.300,00
36	1122	CEFALEXINA (SÓDICA OU CLORIDRATO) 500 MG EM CÁPSULA	CAP	1.000.000	0,2363	236.300,00
37	27908	CILOSTAZOL 100 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	0,5556	555,60
38	28566	CIPROFIBRATO 100 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.500	1,2877	1.931,55
39	1148	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 500 MG EM COMPRIMIDO	CMP	500.000	0,2345	117.250,00
40	19878	CLARITROMICINA 500 MG EM COMPRIMIDO REVESTIDO	CMP	100.000	3,3617	336.170,00
41	1134	CLINDAMICINA, FOSFATO 300 MG EM COMPRIMIDO	CÁPSUL A	200.000	0,5224	104.480,00
42	24818	COLCHICINA 0,5 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	0,7002	700,20
43	997	COMPLEXO B (POLIVITAMÍNICO) EM DRÁGEA [VITAMINAS DO COMPLEXO B (CLORIDRATO DE TIAMINA (VITAMINA B1), RIBOFLAVINA (VITAMINA B2), CLORIDRATO DE PIRIDOXINA (VITAMINA B6), NICOTINAMIDA (VITAMINA B3), D- PANTENOL (VITAMINA B5), EM DRÁGEAS]	DRG	2.000	0,1375	275,00
44	26408	CUMARINA 15 MG + TROXERRUTINA 90 MG EM DRÁGEA	DRG	1.500	8,4972	12.745,80
45	22301	DEFLAZACORT 6 MG EM COMPRIMIDO	CMP	720	1,1908	857,37
46	24069	DEXAMETASONA 4 MG EM COMPRIMIDO	CMP	20.000	0,2282	4.564,00
47	1285	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 2 MG EM COMPRIMIDO	CMP	60.000	0,1040	6.240,00
48	23914	DIACEREÍNA 50 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	3,2330	3.233,00
49	1095	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG EM COMPRIMIDO	CMP	2.000.000	0,0371	74.200,00
50	1054	DIGOXINA 0,25 MG EM COMPRIMIDO	CMP	130.000	0,0567	7.371,00
51	24664	DILTIAZEM, CLORIDRATO 30 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.500	0,1815	272,25
52	24000	DIOSMINA 450 MG + HESPERIDINA 50 MG EM COMPRIMIDO	CMP	6.000	0,8886	5.331,60
53	23930	DOXAZOSINA, MESILATO 2 MG EM COMPRIMIDO	CMP	60.000	0,2290	13.740,00
54	1139	DOXICICLINA, CLORIDRATO 100 MG EM COMPRIMIDO	CMP	15.000	0,7004	10.506,00
55	22013	ENALAPRIL, MALEATO 10 MG EM COMPRIMIDO	CMP	3.000.000	0,1467	440.100,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

56	23369	ENALAPRIL, MALEATO 20 MG EM COMPRIMIDO	CMP	3.000.000	0,1120	336.000,00
57	23377	ENALAPRIL, MALEATO 5 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000.000	0,0725	72.500,00
58	25334	ERITROMICINA, ESTOLATO 500 MG EM COMPRIMIDO	CMP	25.000	0,6850	17.125,00
59	1206	ESPIRONOLACTONA 100 MG EM COMPRIMIDO	CMP	2.500	0,5840	1.460,00
60	21002	ESPIRONOLACTONA 25 MG EM COMPRIMIDO	CMP	450.000	0,2415	108.675,00
61	25682	ESTROGÊNIOS CONJUGADOS 0,3 MG ACONDICIONADO EM CARTELA COM 28 DRÁGEAS	CTL	4.000	5,4663	21.865,20
62	28578	FINASTERIDA 5 MG EM COMPRIMIDO	CMP	60.000	0,6961	41.766,00
63	22921	FLUCONAZOL 150 MG EM COMPRIMIDO	CAP	60.000	0,2340	14.040,00
64	19872	FLUNARIZINA 10 MG EM COMPRIMIDO	CMP	260.000	0,2286	59.436,00
65	1209	FUROSEMIDA 40 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000.000	0,0722	72.200,00
66	25951	GINKGO BILOBA 80MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	0,5633	563,30
67	1019	GLIBENCLAMIDA 5 MG EM COMPRIMIDO	CMP	4.000.000	0,0420	168.000,00
68	24495	GLICLAZIDA 30 MG EM COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	CMP	30.000	0,3630	10.890,00
69	25003	GLICOSAMINA, SULFATO 1,5G + CONDROITINA, SULFATO SÓDICO 1,2G PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL SACHÊ 5 G	ENV	1.000	3,5166	3.156,60
70	28121	GLIMEPIRIDA 6 MG EM COMPRIMIDO	CMP	2.000	1,1963	2.392,60
71	24316	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 25 MG EM COMPRIMIDO	CMP	120.000	0,1833	21.996,00
72	13207	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG EM COMPRIMIDO	CMP	6.000.000	0,0321	192.600,00
73	25005	HIDROXICLOROQUINA, SULFATO 400 MG	CMP	1.500	1,1746	1.761,90
74	940	HIOSCINA (ESCOPOLAMINA) 10 MG EM COMPRIMIDO	CMP	80.000	0,2484	19.872,00
75	24690	IBUPROFENO 300 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000.000	0,0923	92.300,00
76	26511	ISOFLAVONA-DE-SOJA (GLYCINE MAX) 150 MG EM CÁPSULA	CAP	50.000	2,5220	126.100,00
77	1064	ISOSSORBIDA, DINITRATO 10 MG EM COMPRIMIDO	CMP	50.000	0,2230	11.150,00
78	1063	ISOSSORBIDA, DINITRATO 5 MG EM COMPRIMIDO SUBLINGUAL	CMP	15.000	0,1996	2.994,00
79	23361	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 20 MG EM COMPRIMIDO	CMP	500.000	0,1264	63.200,00
80	1066	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 40 MG EM COMPRIMIDO	CMP	30.000	0,2605	7.815,00
81	11163	IVERMECTINA 6 MG EM COMPRIMIDO	CMP	12.000	1,4428	17.313,60
82	24963	LEVODOPA 100 MG + BENSERAZIDA 25 MG EM COMPRIMIDO DISPERSÍVEL	CMP	15.000	1,1635	17.452,50
83	25499	LEVODOPA 100 MG + BENSERAZIDA 25 MG HBS EM CÁPSULA DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	CAP	35.000	1,1560	40.460,00
84	25324	LEVODOPA 200 MG + BENSERAZIDA 50 MG EM COMPRIMIDO	CMP	150.000	1,8895	283.425,00
85	1402	LEVODOPA 250 MG + CARBIDOPA 25 MG EM COMPRIMIDO	CMP	10.000	0,5243	5.243,00
86	1338	LEVONORGESTREL 0,15 MG + ETINILESTRADIOL 0,03 MG EM CARTELA	CTL	10.000	0,6738	6.738,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

		COM 21 COMPRIMIDOS				
87	21330	LEVONORGESTREL 0,75 MG CARTELA COM 2 COMPRIMIDOS	CTL	1.500	1,7950	2.692,50
88	1023	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG EM COMPRIMIDO	CMP	200.000	0,3895	77.900,00
89	26723	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	0,2772	277,20
90	28400	LEVOTIROXINA SÓDICA 137 MCG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	0,8480	848,00
91	24065	LEVOTIROXINA SÓDICA 175 MCG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	0,2523	252,30
92	24706	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG EM COMPRIMIDO	CMP	200.000	0,3536	70.720,00
93	24707	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000.000	0,3988	398.800,00
94	19881	LORATADINA 10 MG EM COMPRIMIDO	CMP	300.000	0,1092	32.760,00
95	23897	LOSARTANA POTÁSSICA 100 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.500	0,82	1.230,00
96	23418	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG EM COMPRIMIDO	CMP	4.000.000	0,0838	335.200,00
97	25047	MECLIZINA, CLORIDRATO 50 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	1,4625	1.462,50
98	25327	MEDROXIPROGESTERONA, ACETATO 10 MG EM COMPRIMIDO	CMP	5.000	1,0573	5.286,50
99	14601	METFORMINA, CLORIDRATO 850 MG EM COMPRIMIDO	CMP	5.000.000	0,0832	416.000,00
100	14601	METFORMINA, CLORIDRATO 850 MG EM COMPRIMIDO - GLIFAGE® 850 MG (não pode ser substituído por outras marcas por se tratar de um produto destinado ao cumprimento de determinação judicial).	CMP	2.500	0,4873	1.218,25
101	11863	METILDOPA 250 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.500.000	0,1563	234.450,00
102	948	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 10 MG EM COMPRIMIDO	CMP	100.000	0,0574	5.740,00
103	26478	METOPROLOL, SUCCINATO 50 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA	CMP	1.500	1,5672	2.350,80
104	1167	METRONIDAZOL 250 MG EM COMPRIMIDO	CMP	180.000	0,2651	47.718,00
105	28134	MONTELUCASTE DE SÓDIO 4 MG GRANULADO [MONTELUCASTE DE SÓDIO 4 MG, ACONDICIONADO EM SACHÊ CONTENDO GRÂNULOS ORAIS]	ENV	1.000	2,6612	2.661,20
106	23915	NAPROXENO SÓDICO 500 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	0,5326	532,60
107	22307	NIFEDIPINA 10 MG EM COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA	CMP	1.000	0,8344	834,40
108	1084	NIFEDIPINA 20 MG EM COMPRIMIDO	CMP	2.500	0,2572	643,00
109	1071	NIMODIPINO 30 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.500	0,76	1.140,00
110	25087	NITRENDIPINO 20 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	0,6780	678,00
111	1153	NITROFURANTOÍNA 100 MG EM COMPRIMIDO	CAP	70.000	0,2072	14.504,00
112	1340	NORETISTERONA 0,35 MG CARTELA COM 35 DRÁGEAS	CTL	15.000	5,6597	84.895,50
113	1149	NORFLOXACINO 400 MG EM	CMP	150.000	0,1874	28.110,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

		COMPRIMIDO				
114	28212	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	2,1133	2.113,30
115	28247	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40 MG + ANLODIPINO, BESILATO 10 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	3,0550	3.055,00
116	20770	OMEPRAZOL 20 MG EM CÁPSULA	CAP	3.500.000	0,0704	246.400,00
117	23938	OXIBUTININA 10 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	1,59	1.590,00
118	1102	PARACETAMOL 500 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000.000	0,0727	72.700,00
119	1329	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG EM COMPRIMIDO	CMP	5.000	0,0810	405,00
120	1166	PIRIMETAMINA 25 MG EM COMPRIMIDO	CMP	5.000	0,0750	375,00
121	23380	PRAVASTATINA SÓDICA 20 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	0,9442	944,20
122	1033	PREDNISONA 20 MG EM COMPRIMIDO	CMP	300.000	0,1515	45.450,00
123	1032	PREDNISONA 5 MG EM COMPRIMIDO	CMP	200.000	0,0956	19.120,00
124	1286	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000.000	0,0713	71.300,00
125	24286	PROPAFENONA, CLORIDRATO 300 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.500	2,5212	3.781,80
126	1073	PROPATILNITRATO 10 MG EM COMPRIMIDO	CMP	2.500	0,3306	826,50
127	1024	PROPILTIOURACILA 100 MG EM COMPRIMIDO	CMP	20.000	0,5840	11.680,00
128	1087	PROPRANOLOL, CLORIDRATO 40 MG EM COMPRIMIDO	CMP	2.000.000	0,0203	40.600,00
129	23365	RAMIPRIL 2,5 MG + ANLODIPINO, BESILATO 5 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	0,6220	622,00
130	25953	RAMIPRIL 5 MG + ANLODIPINO, BESILATO 5 MG EM COMPRIMIDO	CAP	1.000	1,1750	1.175,00
131	28288	RAMIPRIL 5 MG EM COMPRIMIDO	CMP	2.000	0,8037	1.607,40
132	22014	RANITIDINA, CLORIDRATO 150 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.200.000	0,1332	159.840,00
133	24972	ROSUVASTATINA CÁLCICA 10 MG EM COMPRIMIDO	CMP	2.000	1,7670	3.534,00
134	28102	ROSUVASTATINA CÁLCICA 20 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	2,0160	2.016,00
135	28273	SILDENAFILA, CITRATO 25 MG COMPRIMIDO REVESTIDO	CMP	1.000	5,1375	5.137,50
136	24973	SINVASTATINA 10 MG EM COMPRIMIDO	CMP	20.000	0,0772	1.544,00
137	23979	SINVASTATINA 20 MG + EZETIMIBA 10 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	2,9036	2.903,60
138	21006	SINVASTATINA 20 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000.000	0,1227	122.700,00
139	24503	SITAGLIPTINA 100 MG EM COMPRIMIDO	CMP	2.500	4,6796	11.699,00
140	26891	SITAGLIPTINA, FOSFATO 50 MG + METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG EM COMPRIMIDO	CMP	2.000	2,8023	5.604,60
141	1154	SULFADIAZINA 500 MG EM COMPRIMIDO	CMP	15.000	0,1865	2.797,50
142	1156	SULFAMETOXAZOL 400 MG + TRIMETOPRIMA 80 MG EM COMPRIMIDO	CMP	200.000	0,0840	16.800,00
143	22703	SULFATO FERROSO 40 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.200.000	0,0595	71.400,00



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

144	28340	SUPLEMENTO DE VITAMINAS E MINERAIS COM AÇÃO ANTIOXIDANTE [SUPLEMENTO DE VITAMINAS E MINERAIS, À BASE DE VITAMINAS A, C, E, SELÊNIO E ZINCO, COM AÇÃO ANTIOXIDANTE, EM COMPRIMIDO REVESTIDO, ACONDICIONADO EM BLÍSTER (NEOVITE®)] - NEOVITE® (não pode ser substituído por outras marcas por se tratar de um produto destinado ao cumprimento de determinação judicial).	CMP	1.000	2,8850	2.885,00
145	25064	TAMOXIFENO 20 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	1,2142	1.214,20
146	24240	TELMISARTANA 80 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	3,0703	3.070,30
147	1009	TIAMINA, CLORIDRATO (VITAMINA B1) 300 MG EM COMPRIMIDO	CMP	350.000	0,1460	51.100,00
148	28209	TICAGRELOR 90 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.500	3,2506	4.875,90
149	22617	TRIFLUSAL 300 MG EM CÁPSULA	CMP	1.000	1,6950	1.695,00
150	28557	VALSARTANA 160 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG EM COMPRIMIDO REVESTIDO	CMP	1.000	0,8950	895,00
151	24978	VALSARTANA 320 MG EM COMPRIMIDO	CMP	1.000	0,79	790,00
152	24777	VARFARINA SÓDICA 5 MG EM COMPRIMIDO	CMP	10.000	0,3620	3.620,00
153	1058	VERAPAMIL, CLORIDRATO 80 MG EM COMPRIMIDO	CMP	20.000	0,3533	7.066,00
154	24979	VILDAGLIPTINA 50 MG EM COMPRIMIDO	CMP	3.000	2,4340	7.302,00
155	27362	VILDAGLIPTINA 50 MG + METFORMINA, CLORIDRATO 1000 MG EM COMPRIMIDO	CMP	2.000	2,73	5.460,00
156	24980	VILDAGLIPTINA 50 MG + METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG EM COMPRIMIDO	CMP	2.000	2,7350	5.470,00
157	26658	VITAMINA B1 (MONONITRATO DE TIAMINA) 100 MG + VITAMINA B6 (CLORIDRATO DE PIRIDOXINA) 100 MG + VITAMINA B12 (CIANOCOBALAMINA) 5.000 MCG, EM DRÁGEA	DRG	1.500	2,0300	3.045,00

LANCES: A REDUÇÃO DE LANCE SERÁ DE 0,5% APLICADO SOBRE O MENOR PREÇO DENTRE AS PROPOSTAS APRESENTADAS E ASSIM SUCESSIVAMENTE.

OBSERVAÇÃO:

1 - DA PROPOSTA:

1.1 - A proposta das empresas deverá conter a marca e o fabricante do(s) medicamento(s) oferecido(s).

1.2 - Os medicamentos devem conter as especificações em conformidade com o que foi solicitado: forma farmacêutica, concentração, condições de conservação, etc;

2 - DAS DECLARAÇÕES:

2.1 - As empresas deverão apresentar, junto à proposta de preços, as seguintes declarações:

a) Declaração de que se compromete, sob as penas da Lei, a atender a toda a **legislação vigente** (no âmbito federal, estadual e municipal), principalmente toda a **legislação sanitária**, durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos Pedidos de Compra dela oriundos, no que tange ao objeto licitado;

2.2 - Declaração de que se compromete, sob as penas da Lei, a apresentar, em **até 72 horas após a sessão**, os seguintes documentos:

a) Prova de **Autorização de Funcionamento de Empresa**, expedida nos termos do disposto na Lei Federal nº 6.360/76, de 23 de setembro de 1976, publicada no DOU de 24 de setembro de 1976, em seu nome e dentro do prazo de validade. Para empresas que fornecem produtos sujeitos ao Controle Especial – Portaria nº 344/98, apresentar também a **Autorização Especial de Funcionamento**;

AV. JOÃO RAMALHO, Nº 205, 1º ANDAR, VILA NOÊMIA, MAUÁ, SP, CEP 09371-520,
FONES 4512-7825/7824, CNPJ 46.522.959-0001-98, INSCR. EST. ISENTA, SITE WWW.MAUA.SP.GOV.BR



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

- b) Em se tratando de comércio, representação ou distribuição: **prova de licenciamento**, nos termos do disposto na Lei Federal nº 5.991/73, de 17 de dezembro de 1973, publicada no DOU de 19 de dezembro de 1.973, em seu nome e dentro do prazo de validade;
- c) Certificado de Responsabilidade Técnica emitido pelo Conselho Regional de Farmácia do farmacêutico responsável, dentro do prazo de validade, quando o caso;
- d) Cópia do registro do objeto licitado no Ministério da Saúde (ANVISA) relativo aos produtos para os quais a proponente oferecer cotação de preços. Estando o registro vencido, deverá ser apresentada a cópia da solicitação de revalidação acompanhada do registro vencido;
- e) Cópia do comprovante de isenção de registro quando for o caso;

2.3 - Declaração, sob as penas da Lei, de disponibilidade e de que se compromete a apresentar, a cada fornecimento efetuado, sob pena de não recebimento dos produtos e da aplicação das penalidades legais e das previstas neste instrumento convocatório:

- a) Cópia dos laudos de controle de qualidade dos lotes entregues, juntamente com a Nota Fiscal de todos os itens;
- b) Embalagens contendo o seguinte conteúdo impresso ou carimbado: "VENDA PROIBIDA NO COMÉRCIO";
- c) Produto(s) em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela ANVISA/Ministério da Saúde. Todos os produtos, nacionais ou importados, deverão ter constados, nos rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração de acordo com a Legislação Sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros;
- d) Nota Fiscal que acompanha os produtos contendo o número dos lotes e data de validade especificados por quantidade de cada produto entregue.
- e) Medicamentos com prazo equivalente a, no mínimo, 75% de sua validade, contados da data de fabricação.

3 - DA ENTREGA

3.1 - Condições: A entrega deverá ser parcelada, de acordo com a solicitação da Secretaria de Saúde, **no prazo de até 10 (dez) dias**, contados do dia seguinte ao do recebimento da Autorização de Fornecimento, que será encaminhada por correio eletrônico.

3.2 - Endereço de entrega: Almoxarifado da Secretaria de Saúde - Rua Alonso Vasconcelos Pacheco, 1565-B, Vila Falchi, Mauá – SP. A entrega será conferida por servidor deste setor, que verificará se os itens entregues correspondem aos solicitados;

3.3 - Não haverá limite mínimo para cada Autorização de Fornecimento a ser expedida.

4 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 - Proceder à substituição dos produtos que forem entregues em desacordo com o que consta no Edital, inclusive daqueles que estiverem desacompanhados dos documentos exigidos neste Anexo;

4.2 - Arcar com as despesas de carga e descarga e de frete referentes à entrega dos produtos, inclusive as oriundas da devolução e reposição das mercadorias recusadas por não atenderem ao edital, ou por estarem desacompanhadas dos documentos fixados neste Anexo;

4.3 - Responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto deste instrumento da presente licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura.

4.4 - Havendo necessidade de avaliação mais detalhada do material entregue, eventual custo com testes, análises de laboratório, ou laudos técnicos, o mesmo deverá ser efetuado pela ADJUDICATÁRIA, conforme disposto no art. 75 da Lei Federal nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

4.5 - Entregar produtos que tenham sido fabricados no período de vigência do Certificado de Boas Práticas de Fabricação emitido pela ANVISA.

5 - OUTRAS OBSERVAÇÕES

5.1- Este certame deverá ser realizado na modalidade Pregão, com o critério de julgamento por item, dada a diversidade dos produtos a serem adquiridos. Os valores unitários deverão ser apresentados com 04 (quatro) casas decimais, tendo em vista o diminuto preço de cada unidade.

5.2 - Contrato de fornecimento com prazo de validade e vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

5.3 - Todas as despesas com frete, carga, descarga e transporte correrão por conta da Contratada, bem como todos os impostos e taxas incidentes;

5.4 - Os materiais devem ser de boa qualidade e resistentes, obedecendo aos padrões do domínio público;

5.5 - Após apurado o percentual de desconto do valor global (Só quando for global) do lote, na etapa de lances, este deverá ser aplicado em todos os itens para recompor os novos valores da proposta.

5.6 - A empresa vencedora deverá enviar, no prazo máximo de 24 horas após o julgamento do certame, a proposta com a nova recomposição de preços com os valores iguais ou inferiores aos definidos na etapa de lances. Em caso dos valores serem inferiores, deverá a proposta vir acompanhada de "carta de desconto".

5.7 - Nas notas fiscais emitidas deverá constar o número da licitação e do contrato, obrigatoriamente.

Mauá, 02 de julho de 2014.

Eduardo Monteiro Pacheco
Coordenador de Gestão Administrativa



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

ANEXO II

DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO

(a ser apresentado no início da sessão ao pregoeiro, com cédula de identidade ou equivalente)

À

Prefeitura do Município de Mauá

Departamento de Compras

PREGÃO PRESENCIAL R.P. N.º. 068/2014

A empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., com sede em....., na Rua/Av., nº....., tendo como representante legal o (a) Sr.(a)(citar o cargo), **CRENCIA** o (a) SR.(a)....., portador da carteira de identidade nº....., devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº....., para representá-la perante a Prefeitura Municipal de Mauá na licitação Pregão, nº068/2014, outorgando-lhe expressos poderes para formulação de lances verbais, interposição de recursos contra as decisões do pregoeiro e, para prática de todos os demais atos inerentes ao certame em referência.

(local data)

.....

Nome/assinatura

Cargo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____ / 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS *****
PROCESSO Nº 5356/2014 - O QUAL DEU ORIGEM AO PREGÃO N.º.068/2014.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS (COMPRIMIDOS, CÁPSULAS E DRÁGEAS) PARA ABASTECIMENTO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E UNIDADES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.
COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR:
PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO: O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses.
USUÁRIOS DO REGISTRO:
DATA DE ASSINATURA: _____.
VALOR TOTAL ESTIMADO:

I - PREÂMBULO

Pelo presente instrumento, na melhor forma de direito, de um lado a Prefeitura, com sede neste, neste ato representada por ****e de outro lado, a empresa *****doravante denominado simplesmente COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, em conformidade com o estabelecido no artigo 15, II, da lei federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e Decreto Municipal nº 5699/97 têm entre si, justo e contratado o que se segue:

II - FUNDAMENTO DO COMPROMISSO

O presente instrumento foi lavrado em decorrência do Pregão Presencial acima referido, regendo-se pelas normas da Lei n.º 8.666, de 21 de julho de 1993 e alterações posteriores.

As despesas decorrentes deste compromisso serão suportadas pela dotação orçamentária -*****- Códigos Reduzidos - *****.

III - DO OBJETO E DOS PREÇOS

1. O presente compromisso destina-se ao fornecimento à Prefeitura do objeto referido, na conformidade do estabelecido no presente instrumento:

ITEM	UNID	PRODUTOS	MARCA	QUANT. ESTIMADA MENSAL	QUANT. ESTIMADA ANUAL.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

2. O(s) preço(s) unitário(s) do(s) produto(s) objeto deste, para a data da assinatura do presente COMPROMISSO, será (ão) aquele(s) constante(s) nesta Ata de Registro de Preços.

3. O(s) produto(s), constante(s) na Ata de Registro de Preços (conforme planilha com descrição do(s) produto(s), especificação (ões), preço(s) registrado(s), valor total estimado e locais de entrega), objeto do presente compromisso, será (ão) sempre fornecido(s) dentro das especificações e locais constantes no mesmo ou ainda naqueles definidos na autorização de fornecimento e que estão contidas no EDITAL que regeu a correspondente licitação e na forma prevista na proposta, naquilo que não o contrariar, dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de incorrer nas sanções previstas.

4. No(s) preço(s) referido(s) no item antecedente já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, como frete, encargos fiscais, sociais, trabalhistas, comerciais, previdenciários, e quaisquer outros.

5. Correrão exclusivamente por conta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR quaisquer tributos, taxas ou preços públicos devidos.

6. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR não será ressarcido de quaisquer despesas decorrentes de custos ou serviços não previstos no presente COMPROMISSO, independentemente da causa que tenha determinado a omissão.

IV - DA OBRIGAÇÃO DE FORNECIMENTO

1. Durante o prazo de validade deste compromisso e do preço registrado, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR estará obrigado a fornecer à Prefeitura, sempre que por ela for exigido, o(s) produto(s) objeto do presente, na(s) quantidade(s) pretendida(s), dentro das especificações e nos locais indicados na Ata de Registro de Preços, e na Autorização de Fornecimento nos termos da cláusula V deste instrumento.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

2. A PREFEITURA não estará obrigada a adquirir do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR uma quantidade mínima do(s) produto(s) objeto do presente compromisso, ficando a seu exclusivo critério a definição da quantidade, do momento e da forma de fornecimento, desde que respeitado o disposto nos itens antecedentes.

3. A PREFEITURA poderá, nos termos da legislação em vigor, adquirir de outros fornecedores o(s) produto(s) objeto do presente compromisso, vedada, todavia, qualquer aquisição deste(s) produto(s) por preço(s) igual (is) ou superior (es) ao(s) que poderia(m) ser obtido(s) do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR pela execução do presente COMPROMISSO.

V - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

1. Sempre que necessitar, ao longo de todo o período de validade do presente compromisso, a PREFEITURA convocará o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR para que, no PRAZO MÁXIMO de quarenta e oito (48) horas, compareça à Prefeitura para assinar a Autorização de Fornecimento.

2. As autorizações de fornecimento de que trata o item antecedente serão considerados, para todos os fins de direito, instrumentos ao presente compromisso, e deverão ser formalizados, mediante convocação da PREFEITURA, devidamente assinada.

3. A autorização de fornecimento referida no item antecedente estipulará obrigatoriamente:

- a) A quantidade do produto a ser fornecida pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR no momento;
- b) A forma do fornecimento da quantidade no momento desejada, se parcelada em dias diferentes ou se integral;
- c) O prazo máximo de entrega dos produtos;
- d) O valor e a forma de pagamento pela PREFEITURA ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR.

4. O não comparecimento injustificado do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR no prazo assinalado na cláusula V, no item 1, para o aperfeiçoamento do contrato acessório de fornecimento o sujeitará às penalidades previstas na cláusula XIV, no item 4.4, limitada a 2 (duas) recusas, sob pena de ultrapassado este limite, ficar caracterizada a inexecução total ou parcial do presente compromisso, conforme o caso, para os fins previstos na legislação em vigor e no presente compromisso.

VI - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. O pagamento do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR pela PREFEITURA, de acordo com o estipulado no item 1 desta cláusula, será devido a cada fornecimento realizado, desde que tenha sido este regularmente formalizado na conformidade do estabelecido na cláusula V deste compromisso.

2. O pagamento do preço devido em cada fornecimento será efetuado diretamente ao COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, pela PREFEITURA conforme constante na Ata de Registro de Preços, mediante a apresentação dos documentos pertinentes na unidade, 30 (trinta) dias corridos contados do recebimento definitivo de cada parcela dos produtos fornecidos pelo compromissário.

3. Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da PREFEITURA, 30 (trinta) dias corridos, contados da efetiva entrega do objeto. É facultado à PREFEITURA efetuar os pagamentos através de depósito bancário, ficando o Compromissário Fornecedor obrigado a fornecer o nome do Banco e respectivo número da conta bancária.

4. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR obriga-se a manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas no aspecto jurídico e de qualificação técnica, econômica e financeira, bem como de regularidade perante o Fisco, quando das respectivas habilitações, sob pena de retenção do referido pagamento até sua efetiva regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Edital e Lei de Licitações. A regularidade perante o Fisco será comprovada com a apresentação das Certidões Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa de débito junto ao INSS e com a apresentação do Certificado de Regularidade perante o FGTS, na época da apresentação das Notas Fiscais e pagamento.

VII - DA ATUALIZAÇÃO FINANCEIRA, DO CONTROLE E DA REVISÃO DE PREÇOS

1. O(s) preço(s) referido(s) na cláusula III, no item 1, não será (ao) objeto de atualização financeira por via da aplicação de qualquer índice de correção monetária, ou mesmo de reajuste de qualquer natureza, na conformidade do disposto na legislação federal em vigor, ressalvada a hipótese de ser necessária ou admissível a celebração de termo aditivo entre as partes contratantes, em face de alterações futuras desta mesma legislação.

VIII - DO VALOR ESTIMADO PARA O COMPROMISSO DE FORNECIMENTO

1. O valor global estimado para o presente compromisso de fornecimento é de R\$ ** .

IX - DA ENTREGA DO(S) PRODUTO(S) FORNECIDO(S)

1. Aperfeiçoada a autorização de fornecimento na forma prevista na cláusula V no item 2 deste compromisso, estará o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR obrigado a fornecer os produtos nele estipulados, no prazo e na(s) quantidade(s) prevista(s).

2. Não será admitida a entrega de produtos pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, nem o seu recebimento, sem que previamente tenha sido apresentada a autorização de fornecimento, devidamente assinada pela área emitente.

X - DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO

1. O objeto do presente compromisso será recebido na forma estabelecida nos itens subsequentes.

2. O recebimento far-se-á mediante recibo.

3. O custo com as inspeções, testes e quaisquer outras provas exigidas, nos termos das normas técnicas existentes, indispensáveis para a comprovação da boa execução do compromisso de fornecimento, correrão por conta do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR.

4. Estando os bens fornecidos em desacordo com as especificações e condições detalhadas no Edital de Pregão ou com o disposto no presente compromisso de fornecimento, o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR deverá substituí-los por outros que atendam estas exigências, no prazo de 12 horas da comunicação, sob pena de configuração da inexecução das obrigações assumidas no presente ajuste.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

5. Ultrapassado o prazo previsto no item antecedente sem que o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR tenha substituído os produtos, será considerado como inexecução total do presente compromisso, incorrendo nas sanções previstas na cláusula XIV deste instrumento, podendo ainda a PREFEITURA devolvê-los ao local de origem mediante remessa, com frete a pagar.

XI - DO PRAZO DO COMPROMISSO DE FORNECIMENTO E DA SUBCONTRATAÇÃO

1. O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura.
2. Não será admitida, a qualquer título, a subcontratação de terceiros pelo COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR.

XII - DOS DIREITOS DA PREFEITURA E DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR

1. São direitos da PREFEITURA no presente compromisso de fornecimento, além de outros decorrentes da legislação em vigor e dos termos deste instrumento:
 - a) O direito de exigir, sempre que conveniente e oportuno ao interesse público, o cumprimento das condições estipuladas na Autorização de fornecimento;
 - b) O direito de definir a forma de fornecimento desejada em cada aquisição e de receber os produtos dentro do prazo máximo de entrega a ser estipulado na Autorização de fornecimento, ou ainda, aquele previsto no edital de convocação objeto do presente compromisso;
 - c) O direito de optar pela rescisão administrativa do compromisso de fornecimento ou pela instauração de regular procedimento de revisão de preços, sempre que o preço registrado for superior ao praticado no mercado, ou implicar em redução da diferença do percentual fixado na ata de registro de preços;
 - d) O direito de rescindir administrativamente o presente compromisso de fornecimento nos casos previstos na cláusula XIV, itens 1 e 2 deste COMPROMISSO.
2. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR obriga-se a manter durante a execução do presente compromisso de fornecimento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que lhe é pertinente.
3. O COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR é o único responsável, em qualquer caso, por dano ou prejuízo que possa causar a terceiros em decorrência do fornecimento, descabendo quaisquer responsabilidades ou ônus à PREFEITURA.

XIII - DOS DIREITOS DO COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR

1. São direitos do COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR, além de outros decorrentes da legislação em vigor e dos termos deste COMPROMISSO DE FORNECIMENTO:
 - a) O direito de fornecer os produtos objeto do compromisso de fornecimento, quando solicitado pela PREFEITURA, desde que esta não obtenha, por meio de procedimento licitatório específico ou de contratação direta, melhores condições de preço, na conformidade do disposto na cláusula IV, no item 3;
 - b) O direito de requerer a instauração de procedimento de revisão de preços sempre que se verificar as hipóteses previstas legalmente.

XIV – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. O atraso na entrega das autorizações de fornecimento, com desrespeito dos prazos assinalados no Anexo I deste edital, sujeitará o compromissário à multa moratória de 0,5% (meio por cento) ao dia do valor correspondente aos itens ou da parcela em atraso, até o limite de 20% (vinte por cento), podendo a PREFEITURA a partir do 10º (décimo) dia considerar rescindido o compromisso.
 - 1.1 O prazo para pagamento das multas moratórias será de 3 (três) dias úteis a contar da intimação da contratada. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado dos pagamentos devidos pela Administração, garantida a ampla defesa nos termos da lei.
 2. A aplicação da penalidade prevista no item antecedente não impede a rescisão do presente pela ocorrência de quaisquer dos motivos tipificados no artigo 78 da Lei 8666/93, bem como a aplicação de outras sanções admitidas em lei e neste COMPROMISSO.
 3. A inexecução total ou parcial da presente ATA acarretará na tomada das seguintes sanções contra o COMPROMISSÁRIO FORNECEDOR:
 - a) Advertência;
 - b) Multa, na forma do especificado nesta cláusula, no item quatro;
 - c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.
 - d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, respeitando o disposto no artigo 87, IV, da Lei n.º 8.666/93.
 4. A contratada ficará ainda sujeita às seguintes penalidades:
 - 4.1 - 10% (dez por cento) do valor total estimado do compromisso, nos casos de inexecução parcial;
 - 4.2 - 20% (vinte por cento) do valor total estimado do compromisso, nos casos inexecução total do contrato
 - 4.3 - 20% (vinte por cento) do valor da autorização de fornecimento no caso de recusa em aceitá-la ou retirá-la, dentro do prazo de 48(quarenta e oito) horas, admitindo-se apenas uma reincidência.
 - 4.4 - 10% (dez por cento) do valor total estimado do compromisso, nos casos de fornecimento de produto de má qualidade, fora dos mais rigorosos padrões de higiene ou em desacordo com as especificações propostas e aceitas pelo contratante.
 5. Constatada a inexecução do instrumento ou a hipótese da cláusula V das condições de fornecimento será a compromissária intimada da intenção da PREFEITURA quanto à aplicação da penalidade, concedendo-se prazo para interposição de defesa prévia, nos termos do art. 87, §2º e §3º da Lei 8.666/93.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

6. Não sendo apresentada a defesa prévia pela compromissária, ou havendo o indeferimento da mesma quando interposta, a PREFEITURA providenciará a notificação da mesma quanto à aplicação da penalidade, abrindo-se prazo para interposição de recurso administrativo, nos termos do art. 109, I, "f" da Lei 8.666/93.

7. Decorridas as fases anteriores, o prazo para pagamento das multas será de 03 (três) dias úteis a contar da intimação da compromissária. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da eventual garantia prestada, ou sendo esta insuficiente, será descontado dos pagamentos devidos pela Administração. Não havendo prestação de garantia, o valor das multas será diretamente descontado do crédito que porventura haja.

7.1. Não havendo tais possibilidades, o valor será cobrado judicialmente.

8. A pena de multa aplicada por quaisquer dos motivos especificados no presente, poderá ser aplicada cumulativamente às sanções previstas nas letras "a", "c" e "d" do item 3.

9. Além das expressas no Edital, poderão ser impostas outras penalidades previstas no artigo 7º, da Lei Federal 10.520/02 e nos artigos 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93, conforme a gradação da falta cometida.

10. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar sua rescisão, nos casos enumerados no artigo 78, no modo previsto pelo artigo 79, com as consequências previstas no artigo 80, todos da Lei Federal n.º 8.666 / 93.

XV – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. A presente ata de registro de preços poderá ser rescindida: a) unilateralmente, nas hipóteses previstas no artigo 78, incisos I a XII e XVII, da lei federal nº. 8666/93; b) amigavelmente, por acordo entre as partes; c) judicial nos termos da legislação.

2. Nos casos de rescisão administrativa, ficam asseguradas ao contratante as prerrogativas previstas nos incisos I a IV, do artigo 80, da lei supracitada.

3. A contratada estará sujeita às penalidades descritas no art. 87 da Lei Federal nº 8666/93.

XVI - GESTÃO DO CONTRATO

1. A gestão da presente Ata e Autorização de Fornecimento será efetuada por ***** da PREFEITURA, unidade gerenciadora que deverá acompanhar as suas execuções em obediência às especificações definidas no edital e anexos, compreendendo a regularidade da entrega, os saldos contratuais, acréscimos e reduções, consumo geral e cumprimento das obrigações da "COMPROMISSÁRIA", anotando, se necessário, em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com suas execuções e determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.

XVII - DO REGIME JURÍDICO E DAS REGRAS DISCIPLINADORAS DO COMPROMISSO DE FORNECIMENTO

1. O presente compromisso de fornecimento e as Autorizações de fornecimento, que com base nele forem aperfeiçoados pelas partes contratantes, serão regidos pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

2. Para efeitos obrigacionais tanto o Edital de Pregão, quanto a proposta adjudicada integram o presente compromisso de fornecimento, devendo seus termos e condições ser considerados como partes integrantes do presente COMPROMISSO.

3. O presente instrumento poderá ser alterado, de comum acordo entre as partes, mediante prévia justificativa da parte interessada e devidamente autorizada pela PREFEITURA, ou a quem ela delegar tal função, mediante assinatura de Termos de Re-Ratificação, desde que não seja alterado o objeto e esteja em conformidade com a legislação pertinente.

4. Para todas as questões pertinentes ao presente compromisso de fornecimento o foro será o da Comarca de Mauá, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

5. A "COMPROMISSÁRIA" ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado.

E, por terem assim ajustado, firmaram este compromisso, registrado e digitado na **, da qual foram extraídas 03 (três) vias de idêntico teor.

Data

Assinaturas



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PARA HABILITAÇÃO

(a ser apresentada juntamente com o credenciamento, ao Pregoeiro)

À

Prefeitura do Município de Mauá

Departamento de Compras

PREGÃO PRESENCIAL R.P. N.º 068/2014

....., portador da carteira de identidade nº....., representante legal da empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., com sede em....., na Rua/Av., nº....., **DECLARA**, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação através dos documentos integrantes dos envelopes “01” e “02”, conforme especificações do Edital de Pregão nº. 068/2014.

(local data)

.....

Nome/assinatura do responsável legal

Cargo

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PARA HABILITAÇÃO

(Modelo a ser utilizado por Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempresa (ME))

À

Prefeitura do Município de Mauá

Departamento de Compras

PREGÃO PRESENCIAL R.P. N.º 068/2014

....., empresário ou sócios da empresa de pequeno porte e/ou microempresa, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação através dos documentos integrantes dos envelopes “01” e “02”, conforme especificações do Edital de Pregão nº. 068/2014, salvo para os benefícios da Lei Complementar nº. 123/06.

(local data)

.....

Nome/assinatura dos sócios ou empresário



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO REFERENTE O ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO

À

Prefeitura do Município de Mauá

Departamento de Compras

PREGÃO PRESENCIAL R.P. N.º 068/2014

....., portador da carteira de identidade nº....., representante legal da empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., com sede em....., na Rua/Av., nº....., **DECLARA**, sob as penas da Lei, que cumpre integralmente o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, que veda a participação nesta Licitação de empresas que empreguem, de forma direta ou indireta, mão de obra infantil, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos, considerando-se mão de obra infantil aquela exercida por menores de 16 anos. A constatação, a qualquer tempo, do uso de mão de obra infantil pela licitante que vier a ser contratada ensejará a rescisão da ata de registro de preços, sem qualquer ônus para a P.M.M.

(local data)

.....

Nome/assinatura

Cargo



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS**

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

**ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

À
Prefeitura do Município de Mauá
Departamento de Compras

PREGÃO PRESENCIAL R.P. N.º 068/2014

(Razão Social da empresa), declara sob as penas da Lei que:

Declaramos, sob as penas da Lei, que a empresa..... não
foi considerada inidônea.

Aceita integralmente as condições do presente Edital bem como se responsabiliza pelos encargos trabalhistas,
previdenciários, fiscais e sociais resultantes da execução da Ata de Registro de Preços;

Assume integral responsabilidade pela autenticidade e veracidade dos dados e documentos apresentados.

(local data)

Nome/assinatura

Cargo



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS**

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

**ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO**

À

Prefeitura do Município de Mauá
Departamento de Compras

PREGÃO PRESENCIAL R.P. N°. 068/2014

“Declaramos, sob as penas da Lei, a inexistência de fatos impeditivos supervenientes à habilitação da empresa (.....), bem como estarmos cientes que devemos declará-los caso venha a ocorrer”.

(local data)

Nome/assinatura

Cargo



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS**

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

ANEXO VIII

(M O D E L O)

PREGÃO PRESENCIAL R.P. N.º. 068/2014

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Declaro, sob as penas da Lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº. _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão nº. 068/2014, realizado pela Prefeitura do Município de Mauá.

(local, data)

Nome/assinatura

Cargo

RG nº.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

ANEXO IX

PREGÃO PRESENCIAL R.P. Nº. 068/2014 (MODELO DE PROPOSTA)

Denominação:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Fax:

* favor considerar as especificações constantes no anexo I.

ITEM	CÓDIGO	UND	QUANT	DESCRIÇÃO	VLR UNIT R\$	VLR TOTAL R\$
1	24682	CMP	2.000	ACARBOSE 50MG EM COMPRIMIDO		
2	24287	CMP	700	ACETILCISTEÍNA 600 MG GRANULADO ENVELOPE 5 G		
3	1364	CMP	50.000	ACICLOVIR 200 MG EM COMPRIMIDO		
4	25518	CMP	2.000	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO ENTÉRICA		
5	1091	CMP	5.000.000	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100 MG EM COMPRIMIDO		
6	1034	CMP	1.200.000	ÁCIDO FÓLICO 5 MG EM COMPRIMIDO		
7	1037	CMP	10.000	ÁCIDO FOLÍNICO (FOLINATO DE CÁLCIO) 15 MG EM COMPRIMIDO		
8	25236	CMP	2.000	ÁCIDO NICOTÍNICO 500 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROGRAMADA		
9	20772	CMP	3.000	ÁCIDO URSODESOXICÓLICO 150 MG EM COMPRIMIDO		
10	19883	CMP	25.000	ALBENDAZOL 400 MG EM COMPRIMIDO		
11	25321	CMP	100.000	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG EM COMPRIMIDO		
12	24785	CMP	200.000	ALOPURINOL 300 MG EM COMPRIMIDO		
13	25045	CMP	1.000	AMILORIDA 2,5MG + HIDROCLOROTIAZIDA 25MG EM COMPRIMIDO		
14	1290	CMP	180.000	AMINOFILINA 100 MG EM COMPRIMIDO		
15	24337	CMP	1.000	AMIODARONA, CLORIDRATO 100 MG EM COMPRIMIDO		
16	1056	CMP	250.000	AMIODARONA, CLORIDRATO 200 MG EM COMPRIMIDO		
17	24791	CMP	150.000	AMOXICILINA 500 MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125 MG EM COMPRIMIDO		
18	1111	CMP	1.500.000	AMOXICILINA 500 MG EM COMPRIMIDO		
19	21004	CMP	6.000	ANLÓDIPINO, BESILATO 10 MG EM COMPRIMIDO		
20	24292	CMP	2.500.000	ANLÓDIPINO, BESILATO 5 MG EM COMPRIMIDO		
21	24792	CMP	3.000	ATENÓLÓL 100 MG EM COMPRIMIDO		
22	23367	CMP	1.500.000	ATENÓLÓL 50 MG EM COMPRIMIDO		
23	9581	CMP	150.000	AZITROMICINA 500 MG EM COMPRIMIDO REVESTIDO		
24	23840	CMP	5.000	BACLOFENO 10 MG EM COMPRIMIDO		
25	24798	DRG	3.000	BISACODIL 5MG EM DRÁGEA		
26	23999	CMP	1.500	BISOPROLOL, FUMARATO 10 MG EM COMPRIMIDO		
27	19892	CMP	2.000	BROMOPRIDA 10 MG EM COMPRIMIDO		
28	25302	CMP	1.000	CANDESARTANA CILEXETILA 16 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG EM COMPRIMIDO		
29	1079	CMP	10.000.000	CAPTÓPRIL 25 MG EM COMPRIMIDO		
30	25323	CMP	500.000	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL (VITAMINA D) 500 MG/400 UI EM COMPRIMIDO		
31	24068	CP	2.000	CARBONATO DE CÁLCIO + COLECALCIFEROL 600 MG/200 UI		



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

32	24059	CMP	100.000	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG (EQUIVALENTE A 500 MG CA++) EM COMPRIMIDO		
33	24288	CMP	1.000.000	CARVEDILOL 12,5 MG EM COMPRIMIDO		
34	21000	CMP	3.000	CARVEDILOL 25 MG EM COMPRIMIDO		
35	23899	CMP	1.000.000	CARVEDILOL 6,25 MG EM COMPRIMIDO		
36	1122	CAP	1.000.000	CEFALEXINA (SÓDICA OU CLORIDRATO) 500 MG EM CÁPSULA		
37	27908	CMP	1.000	CILOSTAZOL 100 MG EM COMPRIMIDO		
38	28566	CMP	1.500	CIPROFIBRATO 100 MG EM COMPRIMIDO		
39	1148	CMP	500.000	CIPROFLOXACINO, CLORIDRATO 500 MG EM COMPRIMIDO		
40	19878	CMP	100.000	CLARITROMICINA 500 MG EM COMPRIMIDO REVESTIDO		
41	1134	CÁPSULA	200.000	CLINDAMICINA, FOSFATO 300 MG EM COMPRIMIDO		
42	24818	CMP	1.000	COLCHICINA 0,5 MG EM COMPRIMIDO		
43	997	DRG	2.000	COMPLEXO B (POLIVITAMÍNICO) EM DRÁGEA [VITAMINAS DO COMPLEXO B (CLORIDRATO DE TIAMINA (VITAMINA B1), RIBOFLAVINA (VITAMINA B2), CLORIDRATO DE PIRIDOXINA (VITAMINA B6), NICOTINAMIDA (VITAMINA B3), D-PANTENOL (VITAMINA B5), EM DRÁGEAS]		
44	26408	DRG	1.500	CUMARINA 15 MG + TROXERRUTINA 90 MG EM DRÁGEA		
45	22301	CMP	720	DEFLAZACORT 6 MG EM COMPRIMIDO		
46	24069	CMP	20.000	DEXAMETASONA 4 MG EM COMPRIMIDO		
47	1285	CMP	60.000	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 2 MG EM COMPRIMIDO		
48	23914	CMP	1.000	DIACEREÍNA 50 MG EM COMPRIMIDO		
49	1095	CMP	2.000.000	DICLOFENACO SÓDICO 50 MG EM COMPRIMIDO		
50	1054	CMP	130.000	DIGOXINA 0,25 MG EM COMPRIMIDO		
51	24664	CMP	1.500	DILTIAZEM, CLORIDRATO 30 MG EM COMPRIMIDO		
52	24000	CMP	6.000	DIOSMINA 450 MG + HESPERIDINA 50 MG EM COMPRIMIDO		
53	23930	CMP	60.000	DOXAZOSINA, MESILATO 2 MG EM COMPRIMIDO		
54	1139	CMP	15.000	DOXICICLINA, CLORIDRATO 100 MG EM COMPRIMIDO		
55	22013	CMP	3.000.000	ENALAPRIL, MALEATO 10 MG EM COMPRIMIDO		
56	23369	CMP	3.000.000	ENALAPRIL, MALEATO 20 MG EM COMPRIMIDO		
57	23377	CMP	1.000.000	ENALAPRIL, MALEATO 5 MG EM COMPRIMIDO		
58	25334	CMP	25.000	ERITROMICINA, ESTOLATO 500 MG EM COMPRIMIDO		
59	1206	CMP	2.500	ESPIRONOLACTONA 100 MG EM COMPRIMIDO		
60	21002	CMP	450.000	ESPIRONOLACTONA 25 MG EM COMPRIMIDO		
61	25682	CTL	4.000	ESTROGÊNIO CONJUGADOS 0,3 MG ACONDICIONADO EM CARTELA COM 28 DRÁGEAS		
62	28578	CMP	60.000	FINASTERIDA 5 MG EM COMPRIMIDO		
63	22921	CAP	60.000	FLUCONAZOL 150 MG EM COMPRIMIDO		
64	19872	CMP	260.000	FLUNARIZINA 10 MG EM COMPRIMIDO		
65	1209	CMP	1.000.000	FUROSEMIDA 40 MG EM COMPRIMIDO		
66	25951	CMP	1.000	GINKGO BILOBA 80MG EM COMPRIMIDO		
67	1019	CMP	4.000.000	GLIBENCLAMIDA 5 MG EM COMPRIMIDO		
68	24495	CMP	30.000	GLICLAZIDA 30 MG EM COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA		
69	25003	ENV	1.000	GLICOSAMINA, SULFATO 1,5G + CONDROITINA, SULFATO SÓDICO 1,2G PÓ PARA SOLUÇÃO ORAL SACHÊ 5 G		
70	28121	CMP	2.000	GLIMEPIRIDA 6 MG EM COMPRIMIDO		
71	24316	CMP	120.000	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 25 MG EM COMPRIMIDO		
72	13207	CMP	6.000.000	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG EM COMPRIMIDO		
73	25005	CMP	1.500	HIDROXICLOROQUINA, SULFATO 400 MG		



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

74	940	CMP	80.000	HIOSCINA (ESCOPOLAMINA) 10 MG EM COMPRIMIDO		
75	24690	CMP	1.000.000	IBUPROFENO 300 MG EM COMPRIMIDO		
76	26511	CAP	50.000	ISOFLAVONA-DE-SOJA (GLYCINE MAX) 150 MG EM CÁPSULA		
77	1064	CMP	50.000	ISOSSORBIDA, DINITRATO 10 MG EM COMPRIMIDO		
78	1063	CMP	15.000	ISOSSORBIDA, DINITRATO 5 MG EM COMPRIMIDO SUBLINGUAL		
79	23361	CMP	500.000	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 20 MG EM COMPRIMIDO		
80	1066	CMP	30.000	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 40 MG EM COMPRIMIDO		
81	11163	CMP	12.000	IVERMECTINA 6 MG EM COMPRIMIDO		
82	24963	CMP	15.000	LEVODOPA 100 MG + BENSERAZIDA 25 MG EM COMPRIMIDO DISPERSÍVEL		
83	25499	CAP	35.000	LEVODOPA 100 MG + BENSERAZIDA 25 MG HBS EM CÁPSULA DE LIBERAÇÃO PROLONGADA		
84	25324	CMP	150.000	LEVODOPA 200 MG + BENSERAZIDA 50 MG EM COMPRIMIDO		
85	1402	CMP	10.000	LEVODOPA 250 MG + CARBIDOPA 25 MG EM COMPRIMIDO		
86	1338	CTL	10.000	LEVONORGESTREL 0,15 MG + ETINILESTRADIOL 0,03 MG EM CARTELA COM 21 COMPRIMIDOS		
87	21330	CTL	1.500	LEVONORGESTREL 0,75 MG CARTELA COM 2 COMPRIMIDOS		
88	1023	CMP	200.000	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG EM COMPRIMIDO		
89	26723	CMP	1.000	LEVOTIROXINA SÓDICA 125 MCG EM COMPRIMIDO		
90	28400	CMP	1.000	LEVOTIROXINA SÓDICA 137 MCG EM COMPRIMIDO		
91	24065	CMP	1.000	LEVOTIROXINA SÓDICA 175 MCG EM COMPRIMIDO		
92	24706	CMP	200.000	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG EM COMPRIMIDO		
93	24707	CMP	1.000.000	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG EM COMPRIMIDO		
94	19881	CMP	300.000	LORATADINA 10 MG EM COMPRIMIDO		
95	23897	CMP	1.500	LOSARTANA POTÁSSICA 100 MG EM COMPRIMIDO		
96	23418	CMP	4.000.000	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG EM COMPRIMIDO		
97	25047	CMP	1.000	MECLIZINA, CLORIDRATO 50 MG EM COMPRIMIDO		
98	25327	CMP	5.000	MEDROXIPROGESTERONA, ACETATO 10 MG EM COMPRIMIDO		
99	14601	CMP	5.000.000	METFORMINA, CLORIDRATO 850 MG EM COMPRIMIDO		
100	14601	CMP	2.500	METFORMINA, CLORIDRATO 850 MG EM COMPRIMIDO - GLIFAGE® 850 MG (não pode ser substituído por outras marcas por se tratar de um produto destinado ao cumprimento de determinação judicial).		
101	11863	CMP	1.500.000	METILDOPA 250 MG EM COMPRIMIDO		
102	948	CMP	100.000	METOCLOPRAMIDA, CLORIDRATO 10 MG EM COMPRIMIDO		
103	26478	CMP	1.500	METOPROLOL, SUCCINATO 50 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO CONTROLADA		
104	1167	CMP	180.000	METRONIDAZOL 250 MG EM COMPRIMIDO		
105	28134	ENV	1.000	MONTELUCASTE DE SÓDIO 4 MG GRANULADO [MONTELUCASTE DE SÓDIO 4 MG, ACONDICIONADO EM SACHÊ CONTENDO GRÂNULOS ORAIS]		
106	23915	CMP	1.000	NAPROXENO SÓDICO 500 MG EM COMPRIMIDO		
107	22307	CMP	1.000	NIFEDIPINA 10 MG EM COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA		
108	1084	CMP	2.500	NIFEDIPINA 20 MG EM COMPRIMIDO		
109	1071	CMP	1.500	NIMODIPINO 30 MG EM COMPRIMIDO		
110	25087	CMP	1.000	NITRENDIPINO 20 MG EM COMPRIMIDO		
111	1153	CAP	70.000	NITROFURANTOÍNA 100 MG EM COMPRIMIDO		



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

112	1340	CTL	15.000	NORETISTERONA 0,35 MG CARTELA COM 35 DRÁGEAS		
113	1149	CMP	150.000	NORFLOXACINO 400 MG EM COMPRIMIDO		
114	28212	CMP	1.000	OLMESARTANA MEDOXOMILA 20 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG EM COMPRIMIDO		
115	28247	CMP	1.000	OLMESARTANA MEDOXOMILA 40 MG + ANLODIPINO, BESILATO 10 MG EM COMPRIMIDO		
116	20770	CAP	3.500.000	OMEPRAZOL 20 MG EM CÁPSULA		
117	23938	CMP	1.000	OXIBUTININA 10 MG EM COMPRIMIDO		
118	1102	CMP	1.000.000	PARACETAMOL 500 MG EM COMPRIMIDO		
119	1329	CMP	5.000	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG EM COMPRIMIDO		
120	1166	CMP	5.000	PIRIMETAMINA 25 MG EM COMPRIMIDO		
121	23380	CMP	1.000	PRAVASTATINA SÓDICA 20 MG EM COMPRIMIDO		
122	1033	CMP	300.000	PREDNISONA 20 MG EM COMPRIMIDO		
123	1032	CMP	200.000	PREDNISONA 5 MG EM COMPRIMIDO		
124	1286	CMP	1.000.000	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25 MG EM COMPRIMIDO		
125	24286	CMP	1.500	PROPAFENONA, CLORIDRATO 300 MG EM COMPRIMIDO		
126	1073	CMP	2.500	PROPATILNITRATO 10 MG EM COMPRIMIDO		
127	1024	CMP	20.000	PROPILTIOURACILA 100 MG EM COMPRIMIDO		
128	1087	CMP	2.000.000	PROPRANOLOL, CLORIDRATO 40 MG EM COMPRIMIDO		
129	23365	CMP	1.000	RAMIPRIL 2,5 MG + ANLODIPINO, BESILATO 5 MG EM COMPRIMIDO		
130	25953	CAP	1.000	RAMIPRIL 5 MG + ANLODIPINO, BESILATO 5 MG EM COMPRIMIDO		
131	28288	CMP	2.000	RAMIPRIL 5 MG EM COMPRIMIDO		
132	22014	CMP	1.200.000	RANITIDINA, CLORIDRATO 150 MG EM COMPRIMIDO		
133	24972	CMP	2.000	ROSUVASTATINA CÁLCICA 10 MG EM COMPRIMIDO		
134	28102	CMP	1.000	ROSUVASTATINA CÁLCICA 20 MG EM COMPRIMIDO		
135	28273	CMP	1.000	SILDENAFILA, CITRATO 25 MG COMPRIMIDO REVESTIDO		
136	24973	CMP	20.000	SINVASTATINA 10 MG EM COMPRIMIDO		
137	23979	CMP	1.000	SINVASTATINA 20 MG + EZETIMIBA 10 MG EM COMPRIMIDO		
138	21006	CMP	1.000.000	SINVASTATINA 20 MG EM COMPRIMIDO		
139	24503	CMP	2.500	SITAGLIPTINA 100 MG EM COMPRIMIDO		
140	26891	CMP	2.000	SITAGLIPTINA, FOSFATO 50 MG + METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG EM COMPRIMIDO		
141	1154	CMP	15.000	SULFADIAZINA 500 MG EM COMPRIMIDO		
142	1156	CMP	200.000	SULFAMETOXAZOL 400 MG + TRIMETOPRIMA 80 MG EM COMPRIMIDO		
143	22703	CMP	1.200.000	SULFATO FERROSO 40 MG EM COMPRIMIDO		
144	28340	CMP	1.000	SUPLEMENTO DE VITAMINAS E MINERAIS COM AÇÃO ANTIOXIDANTE [SUPLEMENTO DE VITAMINAS E MINERAIS, À BASE DE VITAMINAS A, C, E, SELÊNIO E ZINCO, COM AÇÃO ANTIOXIDANTE, EM COMPRIMIDO REVESTIDO, ACONDICIONADO EM BLÍSTER (NEOVITE®)] - NEOVITE® (não pode ser substituído por outras marcas por se tratar de um produto destinado ao cumprimento de determinação judicial).		
145	25064	CMP	1.000	TAMOXIFENO 20 MG EM COMPRIMIDO		
146	24240	CMP	1.000	TELMISARTANA 80 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG EM COMPRIMIDO		
147	1009	CMP	350.000	TIAMINA, CLORIDRATO (VITAMINA B1) 300 MG EM COMPRIMIDO		
148	28209	CMP	1.500	TICAGRELOR 90 MG EM COMPRIMIDO		
149	22617	CMP	1.000	TRIFLUSAL 300 MG EM CÁPSULA		
150	28557	CMP	1.000	VALSARTANA 160 MG + HIDROCLOROTIAZIDA 12,5 MG EM COMPRIMIDO REVESTIDO		



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

151	24978	CMP	1.000	VALSARTANA 320 MG EM COMPRIMIDO		
152	24777	CMP	10.000	VARFARINA SÓDICA 5 MG EM COMPRIMIDO		
153	1058	CMP	20.000	VERAPAMIL, CLORIDRATO 80 MG EM COMPRIMIDO		
154	24979	CMP	3.000	VILDAGLIPTINA 50 MG EM COMPRIMIDO		
155	27362	CMP	2.000	VILDAGLIPTINA 50 MG + METFORMINA, CLORIDRATO 1000 MG EM COMPRIMIDO		
156	24980	CMP	2.000	VILDAGLIPTINA 50 MG + METFORMINA, CLORIDRATO 500 MG EM COMPRIMIDO		
157	26658	DRG	1.500	VITAMINA B1 (MONONITRATO DE TIAMINA) 100 MG + VITAMINA B6 (CLORIDRATO DE PIRIDOXINA) 100 MG + VITAMINA B12 (CIANOCOBALAMINA) 5.000 MCG, EM DRÁGEA		
VALOR TOTAL						R\$

Condições Contratuais:

Prazo de entrega: Conforme edital

Condições de Pagamento: Conforme edital

Validade da Proposta: Conforme edital

Mauá, ____ de _____ de 2014.

Proponente



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ
SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE COMPRAS

Fls. nº _____

Proc. nº: 5356/2014

Rubrica: _____

ANEXO X

(M O D E L O)

PREGÃO PRESENCIAL R.P. N.º 068/2014

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Município de Mauá

Órgão ou Entidade: _____

Ata de Registro nº. (de origem): _____

Objeto: _____

Contratante: _____

Contratada: _____

Na qualidade de Contratante e Contratado, respectivamente, do termo acima identificado, e, cientes do seu encaminhamento ao TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, para fins de instrução e julgamento, damo-nos por CIENTES e NOTIFICADOS para acompanhar todos os atos da tramitação processual, até julgamento final e sua publicação e, se for o caso e de nosso interesse, para, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o mais que couber.

Outrossim, declaramos estar cientes, doravante, de que todos os despachos e decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, de conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº. 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais.

Local e data

Contratada

Secretário Municipal ou Ordenador da Despesa